

# PARTICIPAÇÃO SOCIOPOLÍTICA DA JUVENTUDE PERNAMBUCANA NO PERÍODO DA DITADURA MILITAR

Joabson Melo Silva de Aquino - Universidade Federal Rural de Pernambuco<sup>1</sup>

Paulo Afonso Barbosa de Brito - Universidade Federal Rural de Pernambuco<sup>2</sup>

Afonso Carlos Pereira Lima - Universidade Federal Rural de Pernambuco<sup>3</sup>

**RESUMO:** Neste trabalho, analisam-se as participações social e política da juventude pernambucana no período ditatorial brasileiro, entre os anos de 1964 e 1985, marcados por fortes repressões sociopolíticas ocorridas em defesa de uma “descomunização” do país. Nesse período, direitos constitucionais foram derrubados; instaurados Atos Institucionais; e propagado que “aqueles que não amassem a ‘Revolução’, pelo menos deveriam temê-la”. Foi nesse momento em que Pernambuco, um Estado de tradições revolucionárias desde o período colonial – com uma sociedade estratificada, marcada por lutas e rivalidades entre as classes dominantes e a população escrava e livre –, pelo viés dos poderes participativo e mobilizador de sua juventude, engajou-se no cenário nacional da política e nos processos de intervenção frente ao governo militar. Pode-se concluir que a população pernambucana, especialmente a juventude pernambucana, seria fortemente atingida e vítima da repressão imposta por militares brasileiros no Estado de Exceção, que perdurou por 21 anos no Brasil. Com pesquisas documental e bibliográfica – a primeira realizada no setor de microfilmagens da Fundação Joaquim Nabuco; a segunda respaldada em estudos como os de Correia Andrade (1989) e Melluci (1994), dentre outros –, buscaram-se analisar as mobilizações e participações sociopolíticas da juventude pernambucana nas duas décadas da ditadura militar vivenciada no Brasil e articular a Sociologia e a Ciência Política com áreas da História. Esse contexto sócio-histórico e a carência de trabalhos sobre essa temática justificam o estudo proposto e permite perscrutar os sentidos do período ditatorial brasileiro para a juventude pernambucana.

**PALAVRAS-CHAVE:** Participação juvenil, movimentos sociais, ações coletivas.

**ABSTRACT:** In this paper it is examined the social equity and youth politics in Pernambuco during Brazilian dictatorial period between 1964 and 1985, marked by strong socio-political repression that occurred in defense of a "descomunization" of the country. During this period, constitutional rights were shot down; institutional acts were initiated; and it was propagated that "those who do not love the 'revolution', should fear it at least". It was at this time that Pernambuco, a State of revolutionary traditions since the colonial period – with a stratified society, marked by fights and rivalries between the ruling classes and the slave and free population –, through the participatory and mobilizing power of its youth, engaged in the national scenario and in the processes of policy intervention against the military Government. It can be concluded that the population of Pernambuco, especially the youth one, would be heavily hit and victim of repression imposed by Brazilian military in the State of exception, which lasted 21 years in Brazil. Through bibliographical and documentary research – the first held in the microfilming sector of Joaquim Nabuco Foundation; the second supported by studies such as Correia Andrade (1989) and Melluci (1994), among others – it sought to analyze the mobilizations and political participation of youth in two decades of Pernambuco military dictatorship in Brazil and to articulate Sociology and Political Sciences to areas of History.

**KEY WORDS:** Youth participation, social movements, collective actions.

---

<sup>1</sup> Graduando de Bacharelado em Ciências Sociais, da Universidade Federal Rural de Pernambuco. E-mail: joabson.ufrpe@hotmail.com.

<sup>2</sup> Prof. Adjunto de Sociologia do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal Rural de Pernambuco. E-mail: pauloafonsobr@hotmail.com.

<sup>3</sup> Graduando de Bacharelado em Ciências Sociais, da Universidade Federal Rural de Pernambuco. E-mail: afonsopl.ufrpe@hotmail.com

## 1. INTRODUÇÃO

A juventude sempre desempenhou – e ainda desempenha – um papel de fundamental importância na História das Civilizações. Por esse motivo, a participação dos jovens em movimentos de caráter sociopolítico tem despertado bastante atenção das Ciências Sociais e de áreas afins, como a História, principalmente quando analisado um maior interesse dos jovens pelas formas de contestação e/ou resistência que a sociedade assinala como “atos de rebeldia” ou de “comportamento desviante”, percebendo-se, em aparente paradoxo, um grande desprendimento deles pelas formas tradicionais de política.

Levando-se em conta esses pressupostos, este trabalho tem como objeto de estudo a participação e a intervenção sociopolíticas da juventude pernambucana no período ditatorial brasileiro, entre os anos de 1964 a 1985, que ficou marcado pelo forte nível de repressão social e política que ocorreu em defesa da “descomunização” do país.

Entre 1964 e 1985, as liberdades individuais foram suprimidas e os direitos constitucionais foram derrubados; instaurados Atos Institucionais; e propagado “que aqueles que não amassem a ‘Revolução’, pelo menos deveriam temê-la”. Foi nesse momento que Pernambuco, um Estado de tradições revolucionárias desde o período colonial – com uma sociedade estratificada, marcada por lutas e rivalidades entre as classes dominantes e a população escrava e livre –, pelo viés dos poderes participativos e mobilizador de sua juventude, engajou-se no cenário nacional da participação e da intervenção sociopolíticas contra os militares. A juventude pernambucana, em especial a que militava nos movimentos sindicais, estudantis, culturais e na igreja, seria alvo da repressão e da tortura impostas pelos militares brasileiros, constatações que possibilitam reconhecer a juventude pernambucana como um “objeto sociológico” privilegiado para o exame das ações coletivas, dos processos de mudança social e na construção de identidades sociais.

Definido o objeto de/em estudo, buscou-se delinear os métodos de coleta de dados e de fundamentação teórico-conceitual a serem adotados. Escolheram-se o método de documentação indireta, uma vez que ele propõe coletar dados de fontes secundárias, tais como relatórios de pesquisa fundamentada em trabalho de campo, estudos históricos recorrendo aos documentos originais e pesquisas utilizando correlações de terceiros, entre outras; o método documental, com pesquisas realizadas no setor de microfilmagem da Fundação Joaquim Nabuco, onde foram coletados dados nos jornais de maior circulação no Estado de

Pernambuco, e auxiliadas por todo um registro fotográfico acumulado; e o método bibliográfico, com a seleção de algumas fontes bibliográficas, como as obras de Melucci (2001), Andrade (1989) e Coelho (2004), entres outras, imprescindíveis ao embasamento teórico desta pesquisa e, ao mesmo tempo, uma tentativa de articular a Sociologia e a Ciência Política, integrando-as a áreas afins, como a da História.

Quanto à sua estrutura, dividiu-se o artigo em duas partes: na primeira parte, *Considerações Históricas, Sociais e Políticas da Juventude Pernambucana*, objetivou-se fazer um resgate histórico da participação direta e/ou indireta de jovens brasileiros, em especial, os jovens pernambucanos em movimentos sociais urbanos e rurais reivindicatórios, interventivos e participativos que ocorreram em diversas ocasiões no decorrer da história brasileira chegando ao Golpe Militar de 1964 no Brasil; na segunda parte, *Bandeiras de Lutas, Ideologias e Contestações*, serão analisadas as bandeiras e ideologias em torno das quais a juventude pernambucana se mobilizava, suas reivindicações, os sujeitos sociais mais propensos a processos de mobilização e quais eram os aliados, mediadores e os adversários naquele período, as diversas ideologias e políticas presentes na ação e as consequências de sua ação. As duas perspectivas tornam patente porque e como se constituíram os movimentos sociais no Brasil e em Pernambuco, particularmente, os de configuração urbano e rural.

## **2. CONSIDERAÇÕES HISTÓRICAS, SOCIAIS E POLÍTICAS DA JUVENTUDE PERNAMBUCANA**

### **2.1 REFERENCIAIS TEÓRICOS**

Apesar da importância representada pela juventude nos processos de transformação de uma sociedade, os jovens, muitas vezes, têm ocupado posições marginais nos campos econômico, político e social. Muitos são os argumentos que visam a justificar isso. Eisenstadt<sup>4</sup> (*apud* CATANI e GILIOLI, 2008, p. 73), por exemplo, considera “o envolvimento político da juventude em atividade revolucionária ou de mobilização nacionalista uma patologia, social,

---

<sup>4</sup> EISENSTANDT, Shmuel Noah. **De Geração a Geração**. São Paulo: Perspectiva, 1976 [original: 1956] *apud* CATANI, Afrânio Mendes; GIGLIOLI, Renato de Sousa Porto. **Culturas juvenis: múltiplos olhares**. São Paulo: Editora UNESP, 2008, p. 73.

‘anormalidade’”; Foracchi<sup>5</sup> (apud CATANI e GILIOLI, 2008, p. 74), por sua vez, entende que “a rebelião juvenil é reação diante de uma situação de crise social que exige transformações bruscas. Os jovens seriam especialmente sensíveis às diversas formas de manifestação de hipocrisia do mundo adulto. Assim, ao perceber contradições, manifestariam sua insatisfação e o desejo de mudar o sistema”. Sob uma e outra óptica, ser jovem ou comportar-se como um, para além da constatação de certa inexperiência, inabilidade ou inconstância, é assumir, a despeito dos descréditos, a expressão de contrariedade ao instituído no cenário do qual tomam parte.

Particularmente, para o nosso trabalho utilizamos as contribuições de Alberto Melucci (2001), devido a sua histórica elaboração em torno dos movimentos sociais, e para quem:

Os jovens podem, portanto, tornarem-se atores de conflitos porque falam a língua do possível; fundam-se na incompletude que lhes define para chamar a atenção da sociedade inteira para produzir a sua própria existência ao invés de submetê-la; fazem exigência de decidir por eles próprios, mas com isto mesmo reivindicam para todos estes direito (MELUCCI, 2001, p. 102).

Alberto Melucci vinculando-se as tradições teóricas no trato das questões juvenis, vincula-se ao conhecido paradigma da “Cultura Juvenil” propõe uma elaboração que relaciona o conceito de cultura fortemente empregado nos estudos juvenis, com o de conflito fortemente tratado nos estudos dos movimentos sociais, assim se expressando:

A cultura juvenil exige, então, da sociedade o valor do presente como única condição de mudança; exige que aquilo que vale se afirme no aqui e no agora; reivindica o direito à provisoriedade, à reversibilidade das escolhas, à pluralidade e ao policentrismo das biografias individuais e orientações coletivas [...] as mobilizações juvenis funcionam como reveladoras, elas fazem desabrochar as questões profundas, os problemas e as tensões que permeiam toda a sociedade. No tempo e no espaço que o conflito delimita, os jovens não falam mais só por si mesmos: ser jovem não é mais somente um destino, mais se transforma em escolha para mudar e para dirigir a existência. (MELUCCI, 2001, p. 105)

---

<sup>5</sup> FORACCHI, Marialice Mencarini. **A Juventude na Sociedade Moderna**. São Paulo: Pioneira; Ed. da USP, 1972, p. 28 apud CATANI, Afrânio Mendes; GIGLIOLI, Renato de Sousa Porto. **Culturas juvenis: múltiplos olhares**. São Paulo: Editora UNESP, 2008, p. 74.

## 2.2 PARTICIPAÇÃO SOCIOPOLÍTICA DA JUVENTUDE PERNAMBUCANA

No Brasil, a participação dos jovens nesse cenário por muito tempo esteve associada ao ideal e à ação progressista ou libertária. De fato, foi vista uma forte presença dos jovens brasileiros na Abolição da Escravatura e na implantação da República, mas é inegável a intervenção sociopolítica que a juventude brasileira fez sentir em muitos momentos da história do país, de maneira significativa e com consequências duradouras. Referente a isso, pode-se citar o ocorrido em 1710, quando jovens estudantes mobilizaram-se, enfrentando mais de mil soldados franceses, vencendo-os e expulsando-os do Rio de Janeiro, e, em 1897, quando estudantes da Faculdade de Direito da Bahia denunciaram as atrocidades acontecidas em Canudos.

No século XX, pode-se destacar o acontecido nos anos de 1920, com o surgimento de três grandes movimentos de expressão política dos jovens: o fantástico movimento da Semana de Arte Moderna, o movimento Tenentista (que influenciou na Revolução de 1930) e o movimento conhecido como político-partidário que, na pessoa do jovem Astrogildo Pereira, favoreceria a formação do Partido Comunista Brasileiro.

Nos anos de 1930, o jovem Plínio Salgado cooperou com a fundação do Movimento Integralista – movimento político e doutrinário, semelhante ao facismo italiano e conhecido como os ‘Camisas Verdes’. Ainda na década de 30, as atuações das Juventudes Comunistas e Integralistas, apesar de divergentes, influenciaram a criação da União Nacional dos Estudantes (UNE), em 1937. Entre 1940 e 1950, destacaram-se a participação e o posicionamento dos jovens nas principais lutas nacionalistas e estudantis, como, por exemplo, a histórica campanha ‘O Petróleo é Nosso’, que levou à criação da Petrobrás, em 1953, e ficou registrada como a maior expressão de mobilização e organização da juventude nesse período.

Mas, só no início da década de 1960, é que os jovens conseguem apresentar uma fantástica capacidade de provocar mobilizações: tomam-se iniciativas criativas, inovadoras e ousadas, constroem uma identidade de si como indivíduos sociais, culturais e políticos, que intervêm na realidade e a transforma, fazendo-se reconhecer pela sociedade a partir da construção dessa identidade. A representatividade conquistada pela juventude brasileira, entretanto, é interrompida com o golpe militar e os violentos métodos utilizados nesse

período. Assim, fez-se necessária a constituição de novas formas de expressão por parte da juventude brasileira.

Nos anos seguintes, a juventude fez-se presente em passeatas, manifestações e nas principais lutas contra os militares. Entre as décadas de 1970 e 1980, o regime militar começava a demonstrar-se fragilizado, com isso, os jovens começavam a reestruturar a UNE. Apesar da repressão, provocavam grandes mobilizações pela reconstrução de entidades estudantis de base; reivindicavam recursos para as universidades; e saíam em defesa do ensino público, assim como pediam a libertação dos estudantes presos. Tudo isso certamente pode ser caracterizado como uma importante expressão de participação sociopolítica da juventude brasileira.

Em 1984, a UNE participou ativamente das ‘Diretas Já’, com manifestações e intervenções nos comícios que ocorriam naquele período; prestou apoio a candidatura de Tancredo Neves à Presidência da República; e, nas eleições de 1989, posicionou-se contra a candidatura de Fernando Collor de Melo, criticando-o por sua perspectiva neoliberal. O movimento dos ‘Caras Pintadas’, na campanha ‘Fora Collor’, teve papel predominante no *impeachment* do presidente e demonstrou espetacular capacidade inovadora e criativa de ação política fora dos tradicionais espaços consolidados.

Nesse contexto, não se poderia negligenciar o papel da juventude pernambucana que, além das tradições revolucionárias manifestadas nos períodos Colonial, do Império e em distintos momentos do século XX, evidenciou seu caráter contestador quer na Insurreição Pernambucana, contra os holandeses, entre 1648 e 1654; quer na Guerra dos Mascates, em 1710; quer na revolta, em 1817, contra o rei e a monarquia, instaurando-se, pela vez em terras brasileira, um governo republicano; quer em outras revoltas, como: a Confederação do Equador – com a defesa da formação de uma República pela união das províncias nordestinas; a Praieira (ANDRADE, 1989). De todos esses momentos em que se forjaram, pelos vieses das lutas armadas ou das manifestações populares, a história e a sociedade pernambucana, participou a população jovem pernambucana, construindo sua identidade sociopolítica.

Ainda no século XX, podem-se evidenciar as revoltas trabalhistas que foram decisivas para a Revolução de 1930, quando, liderados pelo coronel Muniz de Farias, populares – e muitos jovens – lutaram em combates pelas ruas do Recife. No governo de Etelvino Lins, a Polícia Política metralhou os estudantes e o povo, enquanto eles assistiam a um comício na Praça Diário de Pernambuco (ANDRADE, 1989).

Em 1945, despontam as primeiras Ligas Camponesas no Brasil. No entanto, é em 1955 que um grupo de camponeses do Engenho Galiléia, em Vitória de Santo Antão, tornam-se conhecidos nacionalmente, atemorizando setores reacionários do eixo campo-cidade, setores que logo batizaram o movimento de ‘Liga’, receosos que ele fosse à repetição de outras ligas que, sob o influxo do Partido Comunista Brasileiro (PCB), entre os anos de 1945 e 1947, espalharam-se pelos subúrbios do Recife e nas cidades satélites. Este movimento reuniu visionários e alguns intelectuais como Clodomir Santos de Moraes<sup>6</sup> e Francisco Julião Arruda de Paula<sup>7</sup>, como também estudantes e jovens que partilhavam dos mesmos ideais de contestação.

No governo de Miguel Arraes de Alencar, na Prefeitura do Recife, em 1960, criava-se o Movimento de Cultura Popular (MCP), constituído basicamente de universitários, artistas, comunistas, intelectuais e cristãos (evangélicos e, principalmente católicos) – muitos deles jovens –, que objetivava realizar, mediante a pluralidade de perspectivas, uma ação comunitária de educação popular e de conscientização política, o que incomodava a burguesia urbana, ao passo que popularizava seu governo frente à classe média e os estratos pobres, do Recife e do Estado, fortalecendo-o politicamente para uma possível candidatura a governador do Estado.

Miguel Arraes é eleito Governador de Pernambuco, confirmado por milhares de votos, em 07 de outubro de 1962, rompendo com séculos de dominação exercida pelas oligarquias rurais e pela aristocracia açucareiras, separando, nitidamente, o poder econômico e o povo: ‘A Casa Grande e a Senzala’.

Ao subjugar a oposição, começava um governo plenamente voltado aos anseios e as reivindicações populares, participativo, baseado na conscientização das massas trabalhadoras e na organização da população. Ao Poder Judiciário foi dada condições de independência para resolver os problemas e conflitos de sua jurisdição – que antes eram resolvidos pelos senhores de engenhos, nas usinas e nas delegacias. Levou-se a mudança ao interior, através de

---

<sup>6</sup> Clodomir Santos de Moraes foi repórter dos Diários Associados e de outros jornais e também dirigente das Ligas Camponesas em Pernambuco; criou métodos de capacitação em massa e organização das Ligas Camponesas, o que o levou a ser Conselheiro em Capacitação e Organização dos Camponeses em Reforma Agrária e Desenvolvimento Rural, pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) e pela Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO).

<sup>7</sup> Francisco Julião de Arruda Paula foi advogado e deputado pelo Partido Socialista Brasileiro e é considerado o criador e o líder das Ligas Camponesas em Pernambuco. Ele foi pioneiro em combater a estrutura latifundiária existente no Brasil e lutou pela reforma agrária e pela libertação do homem do campo.

empreendimentos como o ‘acordo do campo’, que mesmo simples, estava transformando a vida de muitas famílias na zona da mata (COELHO, 2004).

Essas ações, além de arruinar com a cultura de exploração que privilegiava apenas as classes dominantes e, que dificultava o crescimento econômico do Estado. Também contribuiu para o aumento da tensão do Governo do Estado com as oligarquias pernambucanas, que tinha essas mudanças como algo intolerável e urgiam haver novamente o controle da situação.

Isso por que, sentiam-se ameaçados, mas:

Não que temessem o fantasma do comunismo. Sabiam, muito bem, que esse risco inexistia. Que a ameaça repetida pela mídia não passava de uma criação deles próprios, para colherem dividendos. Sabiam, também, que 65% dos recifenses eram contrários à legalização do PCB, e apenas 20% favoráveis – como constatará pesquisa da época. Que apenas 2% da população Manifestara preferência por aquela legenda. Mas sabiam, principalmente, que 70% eram favoráveis à reforma agrária, contra apenas 7% contrários. Era isto que os atemoriza (COELHO, 2004, p. 50 – 63).

Assim, as classes produtoras, começaram a se armar e a conspirar para a derrubada do governo e, preocupadas com a pressão da massa, resolveram desestabilizar o governo, através da realização de um *black-out* que – em 1958, havia desestabilizado o governo de Cordeiro de Farias – paralisasse a indústria e o comércio, abrindo justificativa para uma intervenção federal. Apesar de desafiado, Arraes fez um pronunciamento na televisão, levando os opositoristas a recuar. À medida que nacional – e estadual – extremava-se, oficiais que controlavam a conspiração encontravam dificuldades de conter os militares radicais, que ansiavam por precipitar os acontecimentos (ANDRADE, 1989).

O movimento militar, interessado na deposição de Miguel Arraes de Alencar e visando sua substituição por pessoas consigo alinhadas, iniciou no dia 31 de março – simultaneamente em Pernambuco e em Minas Gerais – o Golpe Militar que havia sido bem planejado anteriormente, as tropas situadas no Grande Recife, logo cercaram o palácio do governo. O Grande recife permanecia sob cerco, ao passo que mesorregião da mata, onde movimento camponês era forte, estava sendo ocupada por tropas federais vindas de Alagoas e da Paraíba (ANDRADE, 1989).

Já na tarde do dia 1º de abril, o coronel Dutra de Castilho, resolveu invadir o palácio para depor o governador. Com certeza, preocupado com a aglutinação cada vez maior de



sindicatos e entidades de classe em frente ao Consintra<sup>8</sup> e com as manifestações de rua, onde populares e estudantes – entre eles muitos jovens – protestavam pela deposição e prisão do governador Miguel Arraes de Alencar e, não se sentiam intimidados com as ruas tomadas pelos soldados do Exército, que sob o comando do major Hugo metralhou os manifestantes, resultando na morte dos estudantes Ivan Rocha de Aguiar e Jonas Albuquerque Barros, sendo estes, as duas primeiras vítimas fatais no Estado de Pernambuco.

No mesmo dia, o *Jornal do Commercio*, põe como manchete de capa: “Conflito, ocupação e fim do Governo de Miguel Arraes”, descrevendo o ocorrido da seguinte forma:

Os soldados vinham em progressão de ataque. Baionetas caladas em direção dos estudantes que, saindo da esquina da Sertã alcançaram o cruzamento Guararapes-Dantas Barreto. OS estudantes gritavam. A tensão aumentava, a cada momento. Os mais previdentes abrigavam-se.

Na esquina Dantas Barreto – Marquês do Recife, os soldados pararam. Os estudantes continuavam a gritar. Os soldados tomaram posição. Um disparo para o ar foi feito. Os estudantes continuavam a gritar. Novos disparos, agora já em todas as direções. Os gritos aumentaram e dois caíram, mortos. No solo, ainda, alguns feridos (Jornal do Commercio, 01/04/1964, n° 76, p. 1 - 2).

Assim, no dia 2 de abril, um dia depois de iniciado o que os militares chamaram de a “Revolução Gloriosa”, havia acabado o movimento militar em Pernambuco e os vitoriosos começavam a reprimir os “subversivos” ou “corruptos”. E a sociedade passou a viver em clima de tensão.

### **3. BANDEIRAS DE LUTAS, IDEOLOGIAS E CONTESTAÇÕES**

Como vimos acima, é inegável a intervenção sociopolítica que a juventude brasileira fez sentir em muitos momentos da história do país, de maneira significativa e com consequências duradouras, as lutas e reivindicações por menores desigualdades, contra a exclusão social, política e cultural, isto é, melhores condições de vida no que diz respeito à cidadania, não são novas no Brasil – principalmente em Pernambuco – existindo desde o período de colonização, contudo apresentam particularidades no tempo e no espaço.

---

<sup>8</sup> CONSITRA - Conselho Sindical dos Trabalhadores, uma espécie de Confederação Geral dos Trabalhadores ou Central Única dos Trabalhadores (CUT), nessa época os sindicatos pernambucanos eram politicamente e eleitoralmente fortes, e sempre elegiam seus candidatos para a Assembleia Legislativa Estadual com grande facilidade.

Nesse contexto, insere-se a observação em relação à perseguição militar sobre a juventude pernambucana que ousou enfrentar o regime de exceção imposto no Brasil – e em Pernambuco – pelo medo das oligarquias ao “comunismo”, às reivindicações das camadas menos favorecidas do país. Observa-se também que o regime militar, sob a ótica da *Lei de Segurança Nacional*, desencadeou uma série de práticas de torturas que se tornaram políticas de segurança no Estado e em todo o território nacional, objetivando, assim, eliminar da convivência social aqueles cidadãos não só contrários ao regime militar, mas ao próprio sistema capitalista.

Desde então, foram inúmeros os casos de jovens militantes perseguidos, presos, sequestrados e eliminados pelas autoridades políticas e militares do sistema vigente. Sobre as perseguições, buscar-se-á deter-se em alguns casos que exemplificam o universo dos jovens ditos “subversivos” e, que na época, se manifestaram contra o regime militar, por convicções de ordens política, ideológica ou religiosa.

Observa-se que os jovens que se posicionaram contra o regime militar no Estado de Pernambuco, especialmente os do Grande Recife e das cidades satélites, que possuíam determinada consciência da realidade sociopolítica em que o país se encontrava, por participarem ou militarem em movimentos estudantis, culturais, sindicatos ou religiosos. Os jovens pertencentes a esses grupos e/ou movimentos, desde o início do golpe destacaram-se na luta contra o regime de exceção e, mais tarde, com a morte de alguns integrantes pela ditadura, o movimento estudantil junto com outros grupos e com apoio de alguns setores da Igreja Católica, adotaram politicamente essas mortes como forma de combater o regime ditatorial no Brasil, tentando assim mostrar à sociedade a violência de um Estado que auto se intitulava defensor da liberdade e da democracia.

Inúmeros são os casos de jovens torturados e mortos pelo regime militar. Um dos casos que demonstram toda a violência do regime de exceção no Brasil é o dos jovens Almir Custódio de Lima<sup>9</sup>, Ranússia Alves Rodrigues<sup>10</sup>, Ramirez Maranhão do Vale<sup>11</sup> – estes pernambucanos – e Vitorino Alves Moitinho<sup>12</sup>, que em comum, além da morte, todos foram metralhados, perseguidos, presos, humilhados e barbaramente torturados até o último

---

<sup>9</sup> Ver livro BRASIL. **Direito à verdade e à memória: Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos / Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos**. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2007.p. 357 – 360.

<sup>10</sup> Idem.

<sup>11</sup> Idem.

<sup>12</sup> Idem.

momento de suas vidas, pelos agentes do Destacamento de Operações de Informações - Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI).

Nilmário Miranda e Carlo Tirbúcio assim descreveram o ocorrido:

Chovia na noite de 27 de outubro de 1973, um sábado. Alguns poucos casais escondiam-se da chuva junto do muro do Colégio de Jacarepaguá, no Rio. Por volta das 22h um homem desceu de um Opala e avisou: ‘Afastem-se porque a barra vai pesar’. O repórter de *Veja* (7/11/73) localizou alguém que testemunhou o significado desse aviso: ‘Não ouvimos um gemido, só os tiros, o estrondo e a correria dos carros’. [...] Vindos de todas as ruas que levam à Praça, oito ou nove carros foram chegando, cercando um fusca vermelho (AA 6960) e despejando tiros. Depois jogaram uma bomba dentro do carro. No final, havia uma mulher morta com quatro tiros no rosto e peito e três homens carbonizados (MIRANDA e TIBÚRCIO. 1999, p. 382).

A perseguição aos jovens se acentuou ainda mais quando os estudantes secundaristas e universitários assumiram depois do ano de 1965 uma determinada resistência política através de manifestações estudantis frente ao regime militar, aglutinando-se em todas as forças políticas possíveis contrárias aos que tomaram o poder no Brasil.

A juventude da década de 60 parece sim, que nasceu com vocação política contestatória a regimes antidemocráticos, buscou desde cedo ideais revolucionários, criando assim, como seus mitos e heróis, exemplos práticos de mobilização e participação popular para os demais jovens seguir, muitos foram mortos, trucidados ainda em vida pelos que se proclamavam construtores de uma nova ordem social e política. Essa juventude militante e politizada, coerente com suas posições ideológicas, questionadora de valores e de comportamentos ditados pela sociedade capitalista e, de uma “rebeldia” política capaz de enfrentar com a própria vida, um sistema autoritário e violento como foi o Estado ditatorial brasileiro, buscou nas ideologias de esquerda a fundamentação teórica para os embates políticos e sociais travados neste período.

Além do grito pela democracia e pelos direitos sociais para todos os brasileiros, o ideal do socialismo e do comunismo também se fez presente, não só nas faixas, cartazes, camisetas e bandeiras de uma parcela dessa juventude mais na luta pela construção de um partido que de fato colocam em prática esses ideais. O grito por “abaixo a ditadura” e o “povo no poder” prevaleceu na boca e em todas as manifestações e passeatas do período ditatorial militar no Brasil.

Das bandeiras de luta dessa juventude, dos protestos de ruas e as manifestações artísticas desse momento histórico, independentemente da origem de sua militância e das

convicções políticas e ideológicas, a raiz de toda essa “rebeldia” contra o governo militar, era a mesma de todos os jovens “agitadores” que estavam em sintonia com a realidade de sua época, a inconformidade diante da injustiça social e política provocada pelo novo regime instalado no país pelas classes conservadoras, burguesas e elitistas.

A ideologia do socialismo e do comunismo influenciaram cabeças de vários militantes jovens, políticos, intelectuais e também de alguns “contestadores” da sociedade, que buscavam e lutavam por dias melhores no contexto social. Principalmente das lideranças da chamada “esquerda” brasileira.

No contexto mais adiante, da luta política da década de 60 e 70, a militância jovem de Pernambuco caminhou com o momento histórico vivido no país, e de uma maneira até mais intensa do que demais regiões do Brasil, produzindo manifestações, organizações populares e lideranças que buscavam construir uma sociedade mais justa, fraterna e participativa.

Na história política do Brasil, o Estado de Pernambuco sempre se manteve no foco da resistência a poderes ditatoriais, de lutas populares e na vanguarda da produção de lideranças políticas para o Brasil, são inúmeros os casos que até hoje temos, frutos de décadas de conscientização política, sendo assim a violência da ditadura militar no Estado não poderia passar sem haver contestações de todos os grupos e militantes que buscavam construir um Estado melhor para todos.

#### **4. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Em termos de considerações finais, alertamos para o fato de que os pontos abordados não esgotam a temática, porém, vimos que a juventude brasileira, e particularmente, a juventude pernambucana, participaram ativamente e em muitos momentos, de movimentos sociais urbanos e rurais reivindicatórios e participativos que ocorreram no decorrer da história brasileira.

Analisaram-se também, as bandeiras de lutas e ideologias em torno das quais a juventude pernambucana se mobilizava, sendo perceptível a posição que os mesmos tomavam frente o regime militar no Estado de Pernambuco, especialmente os do Grande Recife e das cidades satélites, que possuíam determinada consciência da realidade sociopolítica em que o país se encontrava, por participarem ou militarem em movimentos estudantis, culturais, sindicatos ou religiosos.

Em Pernambuco, estes jovens que pertenciam, em grande maioria a grupos e/ou movimentos, desde o início do golpe destacaram-se na luta contra o regime de exceção e, mais tarde, com a morte de alguns integrantes pela ditadura, o movimento estudantil junto com outros grupos e com apoio de alguns setores da Igreja Católica, adotaram politicamente essas mortes como forma de combater o regime ditatorial no Brasil, tentando assim mostrar à sociedade a violência de um Estado que auto se intitulava defensor da liberdade e da democracia.

Consideramos que no período analisado estes momentos experimentaram distintas capacidades mobilizadoras. Destacando-se num primeiro momento, entre 1964 e 1968, a realização e mobilizações massivas nas universidades e nas ruas; num segundo momento, a ditadura “escancarou-se”, apresentando sua face mais violenta, cruel e assassina, quando muitas das lideranças juvenis foram colocadas na clandestinidade ou assassinadas, constatou-se certo recrudescimento, entre 1969 e 1977, para em seguida retomar a luta que, juntamente com outros setores dos movimentos sociais e trabalhistas, influenciaram fortemente para abertura política e reconquista da democracia.

## **5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

ANDRADE, Manuel Correia de. **1964 e o Nordeste: golpe, revolução ou contra-revolução?**. São Paulo: Contexto, 1989. (Coleção re-pensando a história).

BRASIL. **Direito à verdade e à memória: Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos / Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos**. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2007.

CATANI, Afrânio Mendes; GIGLIOLI, Renato de Sousa Porto. **Culturas juvenis: múltiplos olhares**. São Paulo: Editora UNESP, 2008.

COELHO, Fernando Vasconcelos. **Direita, volver: o golpe de 1964 em Pernambuco**. Recife: Bagaço, 2004.

EISENSTANDT, Shmuel Noah. **De Geração a Geração**. São Paulo: Perspectiva, 1976 [original: 1956].

FORACCHI, Marialice Mencarini. **A Juventude na Sociedade Moderna**. São Paulo: Pioneira; Ed. da USP, 1972, p. 28.

EDITORES. “**Conflito, ocupação e fim do Governo de Miguel Arraes**”. *Jornal de Commercio*, Recife: 01 de abr. 1964, p. 1 – 2.

MELUCCI, Alberto. **A Invenção do Presente: movimentos sociais nas sociedades complexas**. Tradução de Maria do Carmo Alves Bonfim. Petrópolis: Vozes, 2001.

MIRANDA, Nilmário; TIBÚRCIO, Carlos. **Dos filhos deste solo – mortos e desaparecidos políticos durante a ditadura militar: a responsabilidade do Estado**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, Boi Tempo Editorial, 1999.